

**BIOPOLÍTICA, ANIMALISMO E O ANSEIO PELO “PODER DE GOVERNAR”:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA “A REVOLUÇÃO DOS BICHOS” DE  
GEORGE ORWELL**

BIOPOLYTYCS, ANIMALISM AND THE PURPOSE OF THE "POWER TO GOVERN":  
AN ANALYSIS FROM GEORGE ORWELL'S “ANIMAL FARM”

Maiquel Ângelo DezordiWermuth<sup>1</sup>  
Álvaro Teixeira<sup>2</sup>

*“Doze vezes gritavam cheias de ódio e eram todas iguais. Não havia dúvida, agora, quanto ao que sucedera à fisionomia dos porcos. As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já se tornara impossível distinguir quem era homem, quem era porco.”(ORWELL, 1945, p. 82)*

### RESUMO

O artigo analisa, a partir da obra “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell, a temática da disputa pela aquisição e pela manutenção do poder, e as distorções que referida disputa pode ocasionar, desaguando, não raro, em tirania e opressão. A partir de uma análise de Direito e Literatura, visa a analisar os pontos similares entre o animalismo – regime proposto na obra de Orwell – e a decadência moral em nome da conquista e manutenção do poder. Procura-se responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida o animalismo presente da obra “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell, se afigura como categoria de análise das relações de poder na contemporaneidade? Para responder ao problema de pesquisa, analisa-se a temática do poder a partir da obra de Michel Foucault, estabelecendo um diálogo com a leitura da realidade brasileira contemporânea a partir da sociologia de Jessé Souza.

---

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos – da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Professor dos cursos de Graduação em Direito da UNIJUÍ e UNISINOS; Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq: Biopolítica e Direitos Humanos. Email: [madwermuth@gmail.com](mailto:madwermuth@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando (2018) em Direitos Humanos pela Unijuí. Bacharel (2016) em Direito pela Unicruz. Email: [madwermuth@gmail.com](mailto:madwermuth@gmail.com)

**Palavras-chave:** Relações de poder. Direito e Literatura. Animalismo. Sociologia.

### ABSTRACT

The article analyzes the theme of the dispute for the acquisition and maintenance of power, and the distortions that the dispute can cause, often pouring in to tyranny and oppression. From analysis of Law and Literature, aims to analyze the similarities between animalism - regime proposed in Orwell literature - and moral decadence in the name of the conquest and maintenance of power. It is sought to answer the following research problem: to what extent does the animalism present in George Orwell's "Animal Farm" appear as a category of analysis of the relations of power in contemporary times? In order to respond to the research problem, the thematic of power is analyzed from the work of Michel Foucault, establishing a dialogue with the reading of contemporary Brazilian reality from the sociology of Jessé Souza.

**Keywords:** Power relations. Law and Literature. Animalism. Sociology.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O poder é algo inerente à vida. As relações são estabelecidas e estipuladas em torno ou através dele. Tanto que a história da humanidade pode ser lida a partir das disputas e das consequências do “jogo do poder” e, conseqüentemente, do quanto de *animus* os atores estão dispostos a direcionar, sacrificar, submeter, persuadir, degenerar, corromper, na sua busca.

O presente artigo visa a apontar, a partir de uma análise de Direito e Literatura, os pontos similares entre o animalismo e a decadência moral em nome da conquista e manutenção do poder. Procura-se responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida o animalismo presente da obra “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell, se afigura como categoria de análise das relações de poder na contemporaneidade?

Parte-se da hipótese de que o fato de que exercer poder não é, *per se*, algo pavoroso ou notadamente ruim. Ocorre que a banalização do indivíduo e suas consequências decorrem do fato de que muitas alianças diplomáticas não são baseadas em ideais em comum, mas sim em interesses particulares ou oligárquicos e que a força despendida sem consciência política é apenas mais uma tentativa fadada ao fracasso no jogo do poder, pois inicialmente, nos pleitos pelas igualdades diante de uma sociedade de desiguais ou qualquer outra luta que envolva movimentos sociais, a causa motivadora pode até ser impulsionada nobremente, porém não havendo consciência ética e política na triagem do exercício do poder, haverá brecha para

uma legítima decadência moral, fazendo com que a maior vontade do oprimido seja ser o opressor (FREIRE, 1968) ocasionando, assim, a mera inversão dos papéis individuais, sendo as representatividades banais mantidas, ocorrendo apenas a polarização dos beneficiados.

É importante destacar, para o entendimento do trabalho, que o termo empregado para a conotação da relativização moral em prol do poder será utilizado com base literal figurativa - “animalismo”. O termo “animalismo”, empregado neste trabalho, é oriundo da concepção orwelliana e é a designação de um sistema de cunho político e econômico, similar ao socialismo, porém sem a presença dos humanos, que eram considerados corruptos e exploradores. Ocorre que o próprio sistema instaurado como uma alternativa estipulava trabalho voluntário e uma distribuição igualitária das benesses entre os bichos. Entretanto, os princípios éticos são frequentemente mitigados em razão da decadência moral dos governantes, que são corrompidos pelos anseios do poder, fato não exclusivo do romance distópico de Orwell, mas constante na realidade social percebida, infelizmente, não entre os bichos de quatro patas.

A estrutura do artigo está dividida em duas partes: na primeira, procura-se analisar a questão do poder – a luta pela sua conquista e manutenção, bem como a degenerescência moral que provoca – a partir da obra “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell; na sequência, o artigo visa a estabelecer um diálogo entre a concepção de poder – desde o poder disciplinar até o biopoder – delineada pela filosofia de Michel Foucault, relacionando-a com a interpretação sociológica da sociedade brasileira contemporânea a partir do pensamento de Jessé Souza.

Utiliza-se, no presente estudo, o método de abordagem hipotético-dedutivo, em uma pesquisa do tipo exploratória. Nesse intento, são adotados procedimentos tais como seleção de bibliografia e documentos afins à temática, interdisciplinares, capazes e suficientes para que se construa um referencial teórico coerente sobre o tema, responda o problema proposto, corrobore ou refute as hipóteses levantadas e atinja os objetivos propostos na pesquisa, leitura e fichamento do material selecionado, reflexão crítica acerca desse material, e, por fim, exposição dos resultados obtidos.

## **2 ANIMALISMO E DECADÊNCIA MORAL: DA DISTOPIA DE ORWELL AO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

As metáforas apresentadas por George Orwell<sup>3</sup> no livro “A Revolução dos Bichos”, publicado originalmente em 1945, não foram apagadas (e talvez nunca antes estiveram tão presentes) pelas décadas que sucederam o lançamento da obra. Fundamentalmente, é possível perceber o quanto o ato de governar – de sustentar poder, seja localmente ou em relações sociais mais abrangentes –, acarreta a deturpação, o delírio e a verdadeira “prostituição moral” dos indivíduos que almejam a constante fruição do “gozo” existencial proporcionado pelo poder. Como uma poção de envenenamento social e ético, o poder, historicamente percebido de diversas formas, distorce questões morais e relativiza princípios. O romance satírico de Orwell é contado por meio de metáforas: nele, ocorre o engendramento de uma revolução dos bichos em uma pequena granja, pois os humanos (nessa concepção, o estereótipo do “inimigo” em comum) eram percebidos, pelos bichanos, como seres que, além de não produzirem nada, valiam-se do trabalho incansável dos animais e os escravizavam, usufruindo das benesses e vantagens da produção despendida pelos animais<sup>4</sup>.

O Homem é a única criatura que consome sem produzir”. Não dá leite, não põe ovos, é fraco demais para puxar o arado, não corre o suficiente para alcançar uma lebre. Mesmo assim, é o senhor de todos os animais. Põe-nos a trabalhar, dá-nos de volta o mínimo para evitar a inanição e fica com o restante. [...] nenhum de nós possui mais do que a própria pele. As vacas, que aqui vejo à minha frente, quantos litros de leite terão produzido este ano? E que aconteceu com esse leite, que deveria estar alimentando robustos bezerrinhos? Desceu pela garganta dos nossos inimigos. E as galinhas, quanto ovos puseram este ano, e quantos se transformaram em pintinhos? Os restantes foram para o mercado, fazer dinheiro para Jones e seus homens. E você, Quitéria, diga-me onde estão os quatro potrinhos que deveriam ser o apoio e o prazer da sua velhice? Foram vendidos com a idade de um ano — nunca você tornará a vê-los. Como pagar pelos seus quatro partos e por todo o seu trabalho no campo, que recebeu você, além de ração e baía? (ORWELL, 1945, p.7).

Os bichos, por meio do incentivo de um porco mais velho chamado “Major”, considerado o grande mentor dos demais, foram coordenados a se organizarem enquanto movimento de resistência e revolução para que houvesse a expulsão do fazendeiro “Jones” e os demais humanos que habitavam a granja. Assim, a vida seria sustentável, a partir de um trabalho bem organizado e uma distribuição igualitária de ração e mantimentos.

Até aqui, há justa causa considerando a proposta ideológica de resistência – inclusive, é possível fazer menção a outros movimentos que nasceram e concretizaram-se com justa causa, entretanto, acabaram perdendo a identidade e o fortalecimento interno com o passar dos anos,

<sup>3</sup>Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo de George Orwell, nasceu em Motihari, na Índia Britânica, em 25 de junho de 1903, vindo a falecer em Londres em 21 de janeiro de 1950).

<sup>4</sup>Referência ao 2º mandamento do animalismo “Qualquer coisa que ande sobre quatro pernas, ou tenha asas, é amigo”.

enfraquecendo as raízes e frouxando as amarras identitárias, mesmo que, em boa medida, esse abalo estrutural tenha se dado, quase que totalmente, por pressões externas e manobras seletivas para perpetuar o poder privatizado de alguns.

Exemplo disso foi o movimento articulado, no Brasil, em 2016, em favor do *impeachment* da Presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff, e como a mídia (condicionada pelos interesses oligárquicos aos quais, de longa data, se encontra vinculada no Brasil) exerceu um papel fundamental para a afirmação do estereótipo nacional do “inimigo”. “Foi, afinal, esse conjunto de ideias falsas que nos amesquinham e retiram nossa autoestima que tornou possível a grande farsa do golpe de maio de 2016 e de todos os outros golpes supostamente contra a corrupção.” (SOUZA, 2017, p.24). Foi, e ainda é, essa concepção de mundo alicerçada na ideia de “subdesenvolvimento” sem saída e corrupção “endêmica” que forneceu à mídia todos os subsídios, que já estavam previamente na cabeça de seu público leitor e telespectador desde a escola primária, para sua obra de distorção sistemática da realidade (SOUZA, 2017), ou seja, aviolência simbólica (legítima) contra a ralé<sup>5</sup> brasileira. Este “novo escravo” foi constituído por meio das estruturas sociais que se perpetuaram por uma política escravocrata e oligárquica – como salienta Souza (2017, p. 43) a partir de sua análise acerca da corrupção “seletiva”:

O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes. Quando as classes médias indignadas saíram às ruas a partir de junho de 2013, não foi, certamente, pela corrupção do PT, já que os revoltados ficaram em casa quando a corrupção dos outros partidos veio à tona. Por que a corrupção do PT provocou tanto ódio e a corrupção de outros partidos é encarada com tanta naturalidade? É que o ódio ao PT, na realidade, foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno. A corrupção foi mero pretexto. Não houve, portanto, nos últimos 150 anos, um efetivo aprendizado social e moral em direção a uma sociedade inclusiva entre nós.

A criação da figura absoluta do “mal” – e do “mau” – e da “corrupção” sempre foi algo intrínseco às manobras para chegar e manter o poder, legitimando os discursos baseados nas soluções seletivas eficazes. Assim aconteceu, na obra de Orwell aqui analisada, na “Granja Solar” e assim está acontecendo, explicitamente, na sociedade brasileira pós *impeachment*:

---

<sup>5</sup>“Composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então.” (SOUZA, 2017, p. 48)

Disse Major: “Então camaradas, qual é a natureza da nossa vida? Enfrentemos a realidade: nossa vida é miserável, trabalhosa e curta. Nascermos, recebemos o mínimo de alimento necessário para continuar respirando e os que podem trabalhar são forçados a fazê-lo até a última parcela de suas forças; no instante em que nossa utilidade acaba, trucidam-nos com hedionda crueldade. Nenhum animal, na Inglaterra, sabe o que é felicidade ou lazer, após completarem um ano de vida. Nenhum animal, na Inglaterra, é livre. A vida de um animal é feita de miséria e escravidão: essa é a verdade nua e crua. “Será isso, apenas, a ordem natural das coisas? Será esta nossa terra tão pobre que não ofereça condições de vida decente aos seus habitantes? Não, camaradas, mil vezes não! O solo da Inglaterra é fértil, o clima é bom, ela pode oferecer alimentos em abundância a um número de animais muitíssimo maior do que o existente. Só esta nossa fazenda comportaria uma dúzia de cavalos, umas vinte vacas, centenas de ovelhas — vivendo todos com uma dignidade que, agora, estão além de nossa imaginação. Por que, então, permanecemos nesta miséria? Porque quase todo o produto do nosso esforço nos é roubado pelos seres humanos. Eis aí, camaradas, a resposta a todos os nossos problemas. Resume-se em uma só palavra — Homem. O homem é o nosso verdadeiro e único inimigo. Retire-se da cena o Homem, e a causa principal da fome e da sobrecarga de trabalho desaparecerá para sempre.” (ORWELL, 1945, p.7).

O discurso do porco “Major” despertou o espírito revolucionário em todos os bichos da granja, tanto nos mais resistentes à mudança, conformados com as injustiças diárias, quanto nos demais, prontos para a luta. A revolução foi uma ideia que veio para unificar, distribuir igualmente os frutos do trabalho e significar a vida desses animais.

O movimento revolucionário ocorreu postumamente ao incentivo do líder “Major”, e foi comandado de modo exitoso por três porcos, discípulos do suíno mestre: “Bola de Neve”, “Napoleão” e “Garganta”, por serem considerados os mais inteligentes da granja, comandaram a revolução, expulsaram os humanos e tomaram posse da localidade (a qual posteriormente nomearam de “Granja dos Bichos”), organizando e direcionando as tarefas e a repartição das benesses do trabalho coletivo.

Porém, os líderes revolucionários atuaram de modo a favorecer mais os interesses dos porcos, pois esses animais – naturalmente – eram aceitos como os mais inteligentes, verdadeiros líderes natos. “Bola de Neve” era o mais ativo dos três, enquanto “Napoleão” apresentava uma aparência forte e impositiva, e “Garganta” não sustentava esse nome em vão, já que era o grande responsável pela socialização dos acontecimentos políticos entre os bichos da granja:

Salientavam-se, entre eles, dois jovens varões, Bola-de-Neve e Napoleão, que o Sr. Jones criava para vender. Napoleão era um cachorro Berkshire, de aparência ameaçadora, o único Berkshire da fazenda, pouco falante, mas com a reputação de possuir grande força de vontade. Bola-de-Neve era mais ativo do que Napoleão, de palavra mais fácil e mais imaginosa, porém não gozava da mesma reputação quanto à solidez do caráter. Todos os demais porcos da fazenda eram castrados. Dentre estes, o mais conhecido era porquinho gordo chamado Garganta, de bochechas redondas,

olhos sempre piscando, movimentos lépidos e voz aguda. Manejava a palavra com brilho e, quando discutia algum ponto mais difícil, tinha o hábito de dar pulinhos de um lado para o outro e abanar o rabicho, o que era assaz persuasivo. Diziam que Garganta era capaz de convencer que o preto era branco. (ORWELL, 1945, p.12).

Havia uma nova estrutura social posta em ordem na granja. Entretanto, a distribuição das benesses compreendidas pelo trabalho comum (já não tão comum assim, pois não eram todos os bichos que trabalhavam no serviço operacional) não eram distribuídas em igualdade, sendo certas “classes” favorecidas em prol da sua representatividade. Os porcos, os cachorros e os demais bichos constituíam a hierarquização dessa estrutura, que foi instaurada pelo discurso da redistribuição igualitária, porém se engendrou em um esquema de favorecimento. Neste esquema, os porcos representavam a elite, os cachorros a classe média e os demais a força de trabalho, despossuídos de prestígio.

Para se constituírem enquanto estrutura organizacional, certos princípios fundadores foram instaurados entre os bichos. Com base nos ensinamentos do “Major” foi implantado o “animalismo” como código de conduta que, após a revolução, foi explicitado no muro da granja, como mandamentos regimentais, no seguintes termos.

#### **OS SETE MANDAMENTOS**

1. Qualquer coisa que ande sobre duas pernas é inimigo.
  2. Qualquer coisa que ande sobre quatro pernas, ou tenha asas, é amigo.
  3. Nenhum animal usará roupas.
  4. Nenhum animal dormirá em cama.
  5. Nenhum animal beberá álcool.
  6. Nenhum animal matará outro animal.
  7. Todos os animais são iguais.
- (ORWELL, 1945, p.17).

Ocorre que, com o passar do tempo e o distanciamento hierárquico que os porcos exerciam através do poder foram acarretando a relativização dos mandamentos que instauraram o animalismo e a união que caracterizou o movimento já não existia mais, pois “Napoleão”, com a ajuda dos cachorros que o protegiam, em um golpe de gestão, expulsou “Bola de Neve” da granja e, por meio dessa manobra, atribuiu-lhe todos os infortúnios que ocorreram na granja (períodos de baixa produtividade, secas, fracasso na construção do moinho de vento, etc.) após a expulsão. Sendo tudo isso muito bem explicado e socializado por “Garganta”, que exercia o poder da mídia manipuladora.

Com isso, entre os bichos, a figura do inimigo deslocou-se para “Bola de Neve”, que sempre lutou pela igualdade e pela ética do movimento, conforme os ensinamentos pregados por “Major”. A expulsão de “Bola de Neve” e a manipulação da realidade foram afunilando e

ampliando o poder exercido na granja, sendo “Napoleão” a figura de referência entre os animais, que o glorificavam como o “salvador da revolução”.

Pouco a pouco, os mandamentos do animalismo foram sendo relativizados de acordo com a fruição das vantagens pelos porcos, como, por exemplo: a violação do quarto mandamento de “não dormir em camas”. Quando a elite dos bichos (porcos) percebeu que o seu lugar não era o lugar de todos, ou seja, o lugar comum, fizeram-se valer das acomodações dos humanos, e quando os demais bichos perceberam tal situação, se depararam com um acréscimo rasurado ao final do quarto mandamento: “Nenhum animal dormirá em cama *com lençóis*” – pois os lençóis tinham sido retirados anteriormente pelos porcos, para haver brecha no uso da cama.

“Garganta” novamente fez o seu papel e disseminou que esse mandamento sempre esteve disposto dessa forma, sendo que os demais bichos é que não haviam percebido o real conteúdo, pois eram despossuídos de conhecimento. Disse “Garganta”:

Com que então vocês, camaradas, ouviram dizer que nós, os porcos, agora dormimos nas camas da casa? E por que não? Vocês não sabem, por certo, que houvesse uma lei contra camas, não é? A cama é meramente o lugar onde se dorme. Vendo bem, um monte de palha no estábulo é uma cama. A lei era contra os lençóis, que são uma invenção humana. Nós retiramos os lençóis das camas da casa e dormimos entre cobertores. Confortáveis, lá isso são! Porém não mais do que necessitamos, posso afirmar-lhes, camaradas, com todo o trabalho intelectual que atualmente recai sobre nós. Vocês não seriam capazes de negar-nos o repouso, camaradas, seriam? Vocês não desejariam ver-nos tão cansados que não pudéssemos cumprir nossa missão, não? Será que alguém quer Jones de volta? (ORWELL, 1945, p.42).

A utilização da ordem do discurso é manobra do poder, pois quem se projeta autoritariamente através da fala seletiva, utiliza-se de uma posição de poder, para abranger, impor e vencer, como se pode perceber não apenas na fábula distópica de Orwell, mas observando a decadência moral dos indivíduos que se utilizam do discurso como engenho de dominação. Nesse sentido, leciona Foucault (1996, p. 8) que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”

A manipulação dos bichos para criar uma relativização dos mandamentos sempre foi articulada de modo estratégico, como a volta do “inimigo” Jones, que era disseminada como uma ameaça à estabilização da nova ordem comandada pelos animais. É interessante salientar, por meio dessa constatação, que os discursos temerários que pretendem estabelecer uma nova



ordem, ou até mesmo a “salvação da pátria”, quase sempre são pautados pela insegurança, perigo à propriedade, medo, e a possível ameaça de um “inimigo” deveras desconhecido, responsável pela instauração de um novo regime que irá trazer a calamidade social, sendo necessária uma política “forte e conservadora” para resguardar a nacionalidade, a propriedade privada e a ordem pública.

Sobre a temeridade, Bauman (2008, p. 8) ensina que

o medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; (...) quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos à nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance. (BAUMAN, 2008, p. 8)

O medo sempre foi utilizado para as manobras do poder, tanto na concepção histórica do cenário político quanto na construção de um poder messiânico, que surge das instabilidades para governar e salvar a nação. De acordo com Novaes (1997, p. 201), é sabido

pela experiência de vários momentos da história que toda vez que o medo foi usado como instrumento político, o primeiro e o mais terrível efeito foi o de diminuir a capacidade de autonomia do sujeito, de reduzir os homens à desnaturação; se o homem é um ser-para-liberdade, quando dominado politicamente pelo medo ele perde sua natureza humana, muda de natureza, caindo no estado de decadência e alienação.

No animalismo não poderia ser diferente: a luta justa foi injustamente corrompida pela fruição do poder da elite, que normalizou o gozo das vantagens legitimadas pelo egoísmo e pelo medo, o que se afigura como semelhante aos discursos que, no Brasil contemporâneo, fazem menção a nações que implementaram políticas nacionalistas, de intolerância às diferenças e minorias e que são, mesmo assim, consideradas – assustadoramente – vitoriosas. Na distopia de Orwell, os porcos, aos poucos, foram corrompendo-se pela vontade de obter cada vez mais vantagens e, por meio da relativização dos mandamentos, foram exteriorizando não a luta por uma sociedade mais justa entre os bichos, mas sim a perpetuação do poder de poucos através do egoísmo, do medo e da repressão impostos às massas.

Os porcos dominaram pelo medo do retorno do “inimigo” e pela passividade com que os demais bichos aceitavam a mitigação dos mandamentos que instituíram o animalismo, ceifando aos poucos a ética pré estabelecida e corrompendo os critérios que fomentaram a revolução. Paulatinamente, o regramento interno da granja era moldado de acordo com os

interesses do poder, permitindo a morte dos semelhantes, legitimando os acordos com os humanos em prol da ampliação das benesses para a elite dos porcos, chegando à máxima de que todos que ali residiam eram iguais, conforme o sétimo mandamento, porém não tão iguais assim.

Quando os demais bichos se deram conta disso, todos os mandamentos haviam sido relativizados em prol do estabelecimento definitivo do poder dos porcos e, onde se lia “todos os animais são iguais”, passou-se a ler:

**TODOS OS ANIMAIS SÃO IGUAIS, MAS ALGUNS ANIMAIS SÃO MAIS IGUAIS DO QUE OS OUTROS.**

Depois disso, não foi de estranhar que, no dia seguinte, os porcos que supervisionavam o trabalho da granja andassem com chicotes nas patas. Nem estranharam ao saber que os porcos haviam comprado um aparelho de rádio, que estavam tratando da instalação de um telefone e da assinatura de jornais e revistas. Não estranharam quando Napoleão foi visto passear nos jardins da casa com um cachimbo na mão, nem quando os porcos se apossaram das roupas do Sr. Jones e passaram a usá-las, sendo que Napoleão apresentou-se vestindo um casaco negro, calças de caçador e perneiras de couro, enquanto sua porca favorita surgia com o vestido de seda que a Sra. Jones usava aos domingos. (ORWELL, 1945, p. 78, grifo do autor).

Na história de Orwell, o que foi concebido justo, o que foi bom, o que foi de bem comum, transmutou-se pela banalização das relações, por esse descrédito habitual das condutas, relativizando princípios, destruindo os laços morais e éticos na concepção dos anseios pelo poder e sua perpetuação. Na sequência, busca-se analisar como dita “corrupção” se dá no contexto contemporâneo de busca pela consolidação e manutenção de esferas privilegiadas de poder, analisando a temática a partir das obras de Michel Foucault e Jessé Souza.

### **3 DO PODER À “ESTRUTURA DO ATRASO” NO BRASIL**

De acordo com Silva (2014), é muito difícil conceber apenas uma vertente técnica conceitual do poder, dada a complexidade do tema (para a finalidade de compreensão deste trabalho, é oportuno vislumbrar o poder em sua concepção disciplinar e biopolítica— a partir da obra de Michel Foucault), pois esse conceito comporta diversos entendimentos e transmuta-se de acordo com autores que se debruçam sobre as relações e laços abarcados pelo poder<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup>“A fim de exemplificar a complexidade de que se reveste o conceito de poder, são referidos, a seguir, alguns posicionamentos que inspiraram toda uma série de teorias em ciência política; Platão: somente o saber é poder. Aristóteles: há três formas de poder; paterno, despótico e político. Maquiavel: poder é o que todo homem almeja

A construção social é percebida através das reivindicações pelo poder ou, em certo ponto, pela oportunidade de concorrer ou participar do poder. É dessa forma que as grandes revoluções se apresentam em termos de história e memórias (Revolução Inglesa – 1642, Revolução Americana – 1775, Revolução Francesa – 1789). Foram lutas emancipatórias e de reivindicações, em boa medida burguesas; foram, porém, também lutas pelo poder. Em relação às diversas formas de estabilização das sociedades, historicamente o triunfo dos vitoriosos foi galgado pela imposição do poder do mais forte. Logo, “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.” (WEBER, 1984, p. 43).

A ideia de imposição da vontade, pressuposto essencial da concepção weberiana de poder, contém em sua formulação a intencionalidade e o cálculo por parte dos dominantes e dos dominados. Ela consiste em poder afetar o comportamento de outrem da maneira desejada. O êxito para o detentor de poder depende, portanto, do comportamento do outro, devendo, por exemplo, o sujeito “A” deter os meios que induzam no sujeito “B” o comportamento esperado.

Na relação de poder, tal qual é tradicionalmente formulada, tanto o agente que pretende exercê-lo quanto o que a ele se submete realizam cálculos por meio dos quais visam a maximizar suas vantagens. A ideia por detrás de sua operacionalização é a submissão estrutural estipulada pelas relações de poder. Elas se dariam entre atores conscientes e em relação a éticas anteriormente estipuladas sobre assuntos determinados, de maneira episódica, sendo pressuposto para a sua concretização a violência. É importante destacar que a violência nem sempre é exercida explicitamente. Na concepção de Benjamin,

a tarefa de uma crítica da violência pode se circunscrever à apresentação de suas relações com o direito e com a justiça. Pois, qualquer que seja o modo como atua uma causa, ela só se transforma em violência, no sentido pregnante da palavra quando interfere em relações éticas. (BENJAMIN, 2011, p. 121).

Para os fins desse trabalho, será considerada a concepção foucaultiana de poder. Foucault (1987) leciona que o poder não é uma figura central, imperiosa e soberana, mas sim,

---

para assegurar sua vida, sua felicidade... é a finalidade de todos, conscientes ou não em nome deste fim os meios são justificados. Hobbes: são os meios adequados para obter alguma vantagem. Russel: é o conjunto dos meios para alcançar os efeitos desejados. Karl Marx: é a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos. Max Weber: é a probabilidade de um certo comando com um conteúdo específico ser obedecido por um grupo determinado. Talcot Parsons: é a capacidade de exercer certas funções em proveito do sistema social considerado no seu conjunto. Bobbio: é a imposição de um sobre o outro, é a imposição de uma vontade sobre outra vontade: todo o poder é ideológico, econômico e político.” (SILVA, 2014 p. 157).

---

é percebido como uma rede de relações, em qualquer âmbito. O poder é prática, é gama de sujeição.

Com o advento da virada na política mundial em relação à segurança interna – do território e da população, o “inimigo” é desconhecido e inominável, e o discurso do terror foi pautado na criação de diversas formas de manipulação e controle das massas. Michel Foucault, em diversas de suas obras – com destaque, no presente artigo, para *Em defesa da sociedade* (1976) e *Microfísica do poder* (1979) – contextualiza a transição do poder, da subordinação às disciplinas, em si, individualizantes, ao controle das massas, ao poder de comando da biopolítica.

Na esteira do pensamento do filósofo francês, o poder disciplinar é um poder que

em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] ‘Adestra’ as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. [...] O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. (FOUCAULT, 1987, p. 153).

Para além da docilidade dos corpos, no entanto, Foucault destaca que o capitalismo também exigiu métodos de poder capazes de majorar forças e aptidões em geral, afinal de contas, o poder de soberania se mostrou incapaz de “organizar o corpo econômico e político num contexto marcado pela explosão demográfica e crescente industrialização.” (AYUB, 2014, p. 60). Nesse sentido, o biopoder, com “suas formas e procedimentos múltiplos”, é que viabilizou o ajuste “da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro” (FOUCAULT, 2012, p. 153-154).

Adentrando nos cálculos e diretrizes políticas, o poder se revela de maneira sutil e difundida nos tempos atuais. Trata-se, em suma, de um poder diferente daquele exercido, por exemplo, na Idade Média, sob a figura do soberano – poder avassalador exercido sem medir consequências. A necessidade de utilizar a potencialidade da vida em favor do sistema de produção vigente fez com que o poder se fragmentasse em diversos âmbitos sociais, saindo da figura do soberano e alojando-se nas entranhas das diversas instituições modernas e nas mais

variadas relações, sendo um poder sutil, a fim de viabilizar o controle do biológico pelo Estado – estatização do biológico (FOUCAULT, 2010; 2012).

A figura do soberano, já não se materializa em apenas uma entidade. Foucault defende que não existe uma forma de poder, ou um grande poder controlador: todas as instituições, sejam elas voltadas para o ensino, para o tratamento clínico, para a prisão, trazem consigo uma matriz de poderes que adestram os corpos individualmente, a fim de viabilizar um controle das massas, um direcionamento útil e frutífero dos corpos através da biopolítica. Assim, o conceito de biopolítica surge na obra de Foucault para definir a forma pelo qual o poder transmutou-se, visando ao controle da população, das massas, da própria vida:

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico. Creio que, para compreender o que se passou, podemos nos referir ao que era a teoria clássica da soberania que, em última análise, serviu-nos de pano de fundo, de quadro para todas essas análises sobre a guerra, as raças, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 286).

Não se trata de fazer desaparecer o poder disciplinar, mas sim de estabelecer um “ajuste das microtécnicas disciplinares diante de uma nova preocupação, a de velar pelo conjunto dos fenômenos vitais de uma população.” Nesse sentido, o poder disciplinar e a biopolítica articulam-se formando um sistema de engrenagens que se auto-reforçam: “a disciplina consolida a biopolítica que, em troca, embasa o eixo das técnicas disciplinares e suas tentativas de majoração coextensiva das forças e da obediência de um indivíduo.” (BERT, 2013, p. 128). Ayub (2014, p. 57) afirma que “a separação dos diagramas da anátomo-política (poder disciplinar) e da biopolítica, no contexto da filosofia foucaultiana, não é radical e muito menos procede a uma substituição histórica precisa; dependendo do dispositivo de saber-poder em questão, pode ocorrer mesmo uma fusão entre esses regimes de poder.”

A chave para a compreensão da biopolítica é a assunção da vida pelo poder, considerando que Foucault (2010) enfatiza que o poder não é individual, não está localizado em um lugar apenas, não é concebido como algo essencial como uma identidade única, nem é um atributo que uns possuam em relação aos outros. O poder é dado de forma plural e inter-relacional e é exercido de forma multifacetada em práticas distintas e diversas, que estão em constante mutação. Logo, se para Hobbes o poder era materializado na figura do soberano,

onipotente, onipresente e opressor, o poder para Foucault é capilar, considerando o dinamismo das relações contemporâneas. Isto significa

captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 2003, p. 182).

O poder é desenvolvido pela reiteração das práticas sociais normalizadas através do tempo, por intermédio de instituições e relações que alcançam todo o corpo social, não estando isolado, intocável, inacessível. O poder se dá em um conjunto de práticas constituídas historicamente, que estão por todos os lugares e a todos alcança. Não apenas como prerrogativa estatal, o poder está em todas as relações, em todos os lugares. Foucault (2003) leciona que o poder não é uma violência chancelada pelo estado soberano, pois, de acordo com os seus ensinamentos, as relações de poder não são constituídas pelo direito, mas sim através das disciplinas e os seus efeitos morais impetrados. De acordo com o autor, foi a descentralização do poder do soberano que coordenou essa maior eficácia de uma gama de poderes: não se trata de um poder de repressão ou negação, mas sim de controle, de estímulo de incentivo para a otimização das potencialidades humanas em prol da manutenção dos poderes nas diversas relações, através das interações disciplinares e normalizadoras (FOUCAULT, 2010; 2012).

Foucault propõe, então, que se faça uma “analítica do poder”. Segundo ele, “se tentarmos construir uma teoria do poder, será necessário sempre descrevê-lo como algo que emerge num determinado lugar e num tempo dados, e daí deduzir e reconstruir sua gênese” (FOUCAULT, 2003, p.101).

Portanto, não existe “o” Poder. O que existe são relações de poder, isto é, formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Uma das principais ideias que perpassam a analítica do poder de Foucault é uma espécie de deslocamento em relação à teoria política tradicional, que atribuía ao Estado o monopólio do poder. O que parece evidente nas investigações de Foucault é a existência de uma rede de micro-poderes a ele (ao Estado) articulados e que atravessam toda a estrutura social. Portanto, trata-se de buscar analisar o poder partindo não do seu centro, e ver como ele se exerce em níveis mais baixos da sociedade, mas sim o inverso, isto é, partir desses micro-poderes que atravessam a

estrutura social e ver como eles se relacionam com a estrutura mais geral do poder que seria o Estado.

Como se pode perceber, as análises de Foucault mostram uma não identidade entre poder e Estado, no sentido de que o poder não se restringe meramente a este. O poder não pode ser visto como um processo global e centralizado de dominação que se exerceria em diversos setores da vida social, mas sim que funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos que atravessam toda a sociedade e do qual nada nem ninguém escapa (FOUCAULT, 2003; 2010; 2012).

A analítica do poder de Foucault impõe um deslocamento em relação ao Estado, na medida em que identifica a existência de uma série de relações de poder que se colocam fora dele e que de maneira alguma devem ser analisadas em termos de soberania, de proibição ou de imposição de uma lei. Porém, Foucault não quer negar a importância do Estado; sua intenção é demonstrar que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e se estendem por toda a sociedade. Não apenas o Estado, na modernidade, foi o centro de controle e de formação da sociabilidade; instituições como a escola, as ciências, a fábrica, o quartel, o hospício, etc., também foram fundamentais, como é o caso da escola enquanto uma das instituições centrais da modernidade no que diz respeito à formação das massas, no que diz respeito à legitimação da racionalidade capitalista (FOUCAULT, 1987). Afirmar que o poder se restringe ao Estado, sendo sua função exclusiva, seria avaliar parcialmente a conexão que o Estado estabelece com estas instituições: que seria, por exemplo, da racionalidade estatal sem o ensino na escola, o desenvolvimento científico, o trabalho na fábrica, a punição na prisão, etc.?

Na realidade, “o Poder” não existe. Existem, sim, práticas ou relações de poder. Logo, o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona em rede e que, portanto, deve ser entendido antes como uma tática, manobra ou estratégia do que uma coisa, um objeto ou bem, o poder que coordena a (bio)política não está voltado para o corpo do soberano, mas para a constituição do comando sobre os súditos, constituintes das diversas relações que permeiam o Estado. A politização dos sujeitos se dá pelas diversas instituições nas quais se criam, se adestram, se modelam os corpos: a escola, a família, a fábrica, o hospital, o exército, etc. Os corpos são os receptores das disciplinas, que investem através dos micropoderes, e agem sobre o corpo, moldando, desconstruindo, reconstruindo de acordo com a melhor utilidade, formando\deformando.

Considerando as micro relações de poder defendidas por Foucault, a oportunidade de ter o poder sobre as grandes massas sociais mobiliza o fascínio daqueles que desejam ou já possuem o poder de comando, de manutenção, de estabilização do domínio sobre os despossuídos. Essas relações são muito bem apreendidas pelo sociólogo Jessé Souza (2017, p. 60), no contexto da sociedade brasileira contemporânea, quando ele afirma que se produz, neste modelo de organização social – marcado pela desigualdade, racismo e violência estrutural desde as suas origens –, um quadro de ódio:

Aquele ódio e desprezo que se devota ao sub-humano em relação ao qual todas as classes, mesmo a classe dos trabalhadores semiqualeificados e precarizados, vão querer se distinguir e se sentir superiores. E essa superioridade tem que ser proclamada e repetida todos os dias sob as mais variadas formas. A própria lei formal não vale para elas. Sabemos que matar um pobre nunca foi crime entre nós. Ao contrário, como os recentes massacres de inocentes nas prisões revelam, os aplausos e as celebrações para chacinas inomináveis são contados em proporções assustadoras.

Através do pensamento de Souza (2017), viabiliza-se um entendimento direcionado a uma posição crítica libertária, desvelando a face oculta de um poder sombrio e de suas forças vinculantes, refutando a alienação condicional, aglutinadora e massificante. Essa posição crítica ofertada e defendida pelo sociólogo brasileiro é um convite contra o ceticismo e a alienação existencial, possibilitando – dependendo da compreensão do leitor – conhecer o perfil de formação da identidade brasileira e como ela se constituiu e se constitui diariamente através das relações de poder “pesadas” e intransponíveis, que alienam, condicionam e aniquilam toda a possibilidade de uma redistribuição igualitária da farta riqueza nacional e a ascensão das classes historicamente oprimidas por uma herança sangrenta, baseada na rapinagem colonial e em um regime escravista ainda presente de certa forma, nas relações sociais brasileiras.

Em relação à concepção libertária do posicionamento crítico, Freire (1968, p. 13) leciona que

A sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isto alienante, a radicalização é crítica, por isto libertadora. Libertadora porque, implicando no enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva.



Em condições de valer-se do próprio sistema opressor para se estabelecer na lógica libertária, encontra-se o paradigma para o entendimento e superação das esferas postas e violentamente naturalizadas através das diversas formas de poder:

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” ao opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e pareceré parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização. (FREIRE, 1968, p.17).

No Brasil, dita realidade deita raízes no regime escravista, formalmente extinto em 1888 por “livre e espontânea” pressão das forças vinculadas a interesses econômicos velados, mas materialmente ainda reproduzidos no âmago nacional por meio do discurso hipócrita sobre a igualdade racial e social, que se dá com base na famigerada meritocracia. De acordo com Souza (2017, p. 63), “entre as classes sociais que formaram o Brasil moderno”, a denominada “ralé de novos escravos”, que ainda soma “mais de um terço da população, agora de todas as cores de pele”, é responsável por “construir um acordo de classes nunca explicitado entre nós”, sendo que “na base desse acordo está a existência dos ‘sub-humanos’ em relação aos quais todas as classes podem se diferenciar positivamente”. Nesse sentido, pode-se asseverar que “o Brasil passou de um mercado de trabalho escravocrata para formalmente livre, mas manteve todas as virtualidades do escravismo na nova situação”. Isso significa que “os ex-escravos da ‘ralé de novos escravos’ continuam sendo explorados na sua ‘tração muscular’, como cavalos aos quais os escravos de ontem e de hoje ainda se assemelham”. Efetivamente, “os carregadores de lixo das grandes cidades são chamados, literalmente, de cavalos. O recurso que as empregadas domésticas usam é, antes de tudo, o corpo, trabalhando horas de pé em funções repetitivas, com a barriga no fogão quente, do mesmo modo que faxineiras, motoboys, cortadores de cana, serventes de pedreiros, etc”. Nesse ciclo, “como o caminho do aprendizado escolar é fechado desde cedo para a imensa maioria dessa classe, não é o conhecimento incorporado no trabalhador que é a mercadoria vendida no mercado de trabalho, mas a capacidade muscular, comum a todos os animais”. Trata-se, em suma, de “uma classe reduzida ao corpo, que representa o que há de mais baixo na escala valorativa do Ocidente. Por conta disso, essa classe, do mesmo modo que os escravos é desumanizada e animalizada”. E, nesse contexto, ela “passa a não valer como ser humano que vimos exigir,

em alguma medida, a dimensão do espírito, ou seja, no nosso caso, do conhecimento útil incorporado.”

A manutenção das hierarquias sociais se dá através dos domínios exercidos pelo acesso ao capital. Costuma-se fazer uma leitura precária acerca da concepção do capital apenas pelo viés econômico (FERNANDES, 1981). Entretanto, as estruturas sociais são compostas de outras formas de capitais que permitem o acesso ao jogo do poder, exercendo sobre a massa uma forma efetiva de controle social em benefício próprio das elites. Nesse sentido, Souza (2017, p. 55) refere a importância do capital cultural e do capital social. O primeiro “significa basicamente incorporação pelo indivíduo de conhecimento útil ou de prestígio”, configurando-se como “o outro capital fundamental para as chances de sucesso de qualquer um no mundo moderno”, na medida em que “o capital cultural é tão indispensável para a reprodução do capitalismo quanto o capital econômico”. Com efeito, “não apenas a justificação do capitalismo é feita por elites que monopolizam certos tipos de capital cultural, mas também não existe nenhuma função de mercado ou no Estado que não exija capital cultural de algum tipo em alguma proporção”. Logo, “a posse conjugada desses capitais [...]predecidem em grande medida o acesso a todos os bens e recursos escassos do mundo”, de modo que “tudo que chamamos de sucesso ou fracasso na vida depende do acesso privilegiado ou não a esses capitais”. Nesse estado de coisas, todos os indivíduos e classes sociais lutam com afincos “para não apenas ter acesso a esses capitais, mas, principalmente, para monopolizá-los”, considerando-se que “o monopólio dos capitais [é] que irá fazer com que uma classe social possa reproduzir seus privilégios de modo permanente”.

Já o capital social, de relações sociais, , é aquele que “se refere às relações pessoais que se criam no meio caminho entre interesse e afetividade – como de resto acontece com todas as relações humanas se formos sinceros – e que representam alguma vantagem na competição pelos recursos escassos para quem as possui. (SOUZA, 2017, p. 55).

Como o acesso aos capitais são franqueados pela meritocracia burguesa, as estruturas sociais “pesadas” por toda essa rapinagem que nos é típica (pois fomos constituídos assim) estão postas, mostrando que o processo de (in)dependência do Brasil, em 1822, foi galgado em uma construção de transição de dependência que definiria seus novos atores em seguida. Se a colonização foi constituída em um processo de extração das relíquias de uma terra farta em contrapartida de um expurgo do que já não mais servia em terras europeias – fora o sangue derramado do solo africano para substanciar o projeto europeu de expansão da modernidade em terras latino-americanas – podemos vislumbrar, diante dessa dimensão, as forças que

condicionam a *intransponibilidade* dessas estruturas que se engendraram para manter o poder dessa elite oligárquica e de toda proteção construída pela hierarquização social:

Para entendermos como isso se deu, teremos, no entanto, que compreender a singularidade da esfera pública em relação ao Estado e ao mercado. Afinal, é lá, na esfera pública, que a classe média é colonizada pelos interesses do dinheiro. O domínio da elite sobre a classe média é simbólico e pressupõe convencimento. O domínio sobre as classes populares baseia-se, ao contrário, mais na repressão e na violência material. Como se dá essa dominação pelo convencimento? Quem melhor esclareceu essa questão e percebeu sua importância para as formas modernas de aprendizado coletivo foi o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Note o leitor que, em vez de recorrer a estoques culturais ou supostas heranças malditas, como faz o culturalismo racista entre nós, temos que analisar, mais uma vez, a presença ou ausência de aprendizados coletivos para compreender nossa singularidade como sociedade. (SOUZA, 2017, p.68).

O estereótipo do “inimigo”, assim, é facilmente definido quando não se tem uma cultura de valorização do que é nosso, do que realmente nos pertence, da história que não foi contada pela omissão dos vitoriosos como manobra de ludibriagem, pois somos condicionados a um pensamento eurocêntrico, concebido como produto colonial das esferas sociais privilegiadas que adotam o racismo como forma de controle afim de gerir a manutenção apenas entre a elite do atraso.

A elite brasileira que mantém o poder está protegida através das estruturas sociais, e esse fato não é novo, mas originado de uma “independência dependente” do Brasil e de uma abolição da escravatura apenas no âmbito formal. A constituição social do que somos hoje, em boa medida, é mantida pela antiga concepção do Brasil colônia, ontem dos portugueses, hoje da elite.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os problemas do Brasil de hoje são, em essência, os problemas do passado com uma nova roupagem. A constatação vívida e escancarada dessa rapinagem da elite brasileira é a maior arma de resistência que se pode ofertar em um cenário caótico. A resiliência e o posicionamento crítico libertário se mostram como uma das formas de manter-se em movimento pela democracia e pelos direitos dos oprimidos.

Por meio da análise aqui proposta, foi possível investigar, a partir do romance distópico de George Orwell, a similaridade com o modo pelo qual os governantes manipulam estrategicamente os discursos e os posicionamentos para fruir insaciavelmente do

poder, e através dele manter rígidas as estruturas sociais, engendrando cada vez mais a manutenção dos espaços privilegiados de poder.

Saindo da distopia ofertada pela obra “A Revolução dos Bichos”, perpassamos pela construção do poder a partir de um diálogo entre a filosofia foucaultiana e a sociologia de Jessé Souza. Isso porque o sociólogo brasileiro não poupa críticas para a colonização intelectual proposta por grandes pensadores brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Gilberto Freyre. Na visão de Souza, as construções teóricas desses autores ajudam a mascarar a verdadeira face dos interesses oligárquicos que privatizaram o Brasil, perpetuando essa deslealdade social em favor da elite.

A conclusão é que o meio é o caminho, ou seja, exercer poder não é algo pesadoso ou deveras maléfico. O que vale são as equivalências causais e o objetivo dado à fruição dos espaços que promovem poder. A questão em si não é o poder, mas sim o que se faz dele, o que se constitui, o que se liberta e o que se aprisiona. Se o trabalho foi iniciado distopicamente, há a necessidade (visando a alimentar a esperança) de promover a utopia mesmo que em doses “homeopáticas”.

A deterioração do outro para a glorificação do mais forte foi recorrente na história aqui analisada. Sendo assim, é necessária uma nova configuração, de modo a fazer com que os anseios por solidariedade sejam alcançados por meio das ações diárias, galgando o modelo de vida desejado, mesmo que isso ocorra em uma realidade micro (família, trabalho, relações afetivas). Isso porque não há condição de possibilidade para um governo corrupto em uma sociedade ética.

Porém, esse esforço não é o suficiente. Diante de estruturas postas, o exercício do poder é necessário para se constituir integridade em âmbitos macro, de modo a restituir a todos – nos termos da linguagem de Orwell – aquilo que lhes foi alijado pelos interesses dos porcos.

## REFERÊNCIAS

AYUB, João Paulo. **Introdução à analítica do poder de Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2011.

- BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 22. reimpr. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola: 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- NOVAES, Adauto. Políticas do Medo. In. NOVAES, Adauto. **Ensaio sobre o Medo**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.
- ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1945.
- SILVA, EnioWaldir da. **Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil**: bases para uma cultura de direitos humanos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

**Submetido em 03.05.2019**

**Aceito em 24.07.2019**